Anúncio n.º 5381/2009**Processo: 519/09.8TYVNG — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

Insolvente: Maria Castro — Alta Confeccção Em Pele, L.^{da}
Credor: Ruana-Importação e Exportação, L.^{da} e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 2.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 25-06-2009, às 09:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Maria Castro — Alta Confeccção Em Pele, L.^{da}, NIF — 504823833, Endereço: Rua Cimo Serra, 92, São Cosme, 4424-909 Gondomar, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Maria Oliveira de Castro, Endereço: Rua Cimo da Serra, N.º 92, 4420-084 Gondomar, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Graciela M. S. Coelho M. Carvalho, Endereço: Rua de Fradique Morujão, 260-Senhora da Hora, 4460-322 Matosinhos

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 15-07-2009, pelas 10:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

26 de Junho de 2009. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Jesus Cabral Correia*.

301961807

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA VERDE**Anúncio n.º 5382/2009****Prestação de Contas Administrador Insolvência n.º 1139/08.0TBVVD-B**

Requerente: Asic — Pavimentos Industriais, S. A.
Insolvente: Maria Clara Barros Silva

A Dr.^a Alda Cristina Sá Faustino, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Maria Clara Barros Silva, estado civil: divorciada, nascida em 25-12-1962, freguesia de Vila Verde [Vila Verde], nacional de Portugal, NIF — 143586025, BI — 8639776, Segurança social — 10293394761, Endereço: Lugar de Real, Barbudo, 4730-000 Vila Verde, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

23 de Junho de 2009. — A Juíza de Direito, *Alda Cristina Sá Faustino*.
301962877

MINISTÉRIO PÚBLICO**Procuradoria-Geral da República****Conselho Superior do Ministério Público****Deliberação (extracto) n.º 2048/2009**

Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 22 de Junho de 2009:

Licenciado Rogério Artur Oliveira Malheiro de Macedo, Procurador-Adjunto, em comissão permanente de serviço como Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, tendo cessado a referida comissão de serviço, é colocado no DIAP do Porto, como efectivo, com efeitos a partir de 22 de Junho de 2009.

3 de Julho de 2009. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes*.
202007903

Despacho n.º 15942/2009

Por despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, de 29 de Junho de 2009:

Licenciada Ana Cristina de Figueiredo Pereira Lourenço, Procuradora-Adjunta em regime de estágio na comarca de Portalegre – transferida, em regime de estágio, para as comarcas agregadas de Idanha-a-Nova/ Penamacor, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2009. Isento de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.

2 de Julho de 2009. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes*.
202006737